

Indicadores de desenvolvimento sócio-econômico na região da AMOSC – Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

Silvio Cezar Arend*
Rosemari Fátima Orłowski**

RESUMO

O desenvolvimento é motivo de muitas discussões e estudos por parte de diferentes instituições e o desenvolvimento regional ganha cada vez mais espaço dentro desta área de estudo. O presente estudo verificou as condições sócio-econômicas dos municípios que compõem a AMOSC. As atividades econômicas voltadas ao mercado tiveram início com a exploração da madeira e posteriormente de produtos agrícolas e criação de animais. O capital comercial foi a base para a implantação dos frigoríficos para a industrialização de carnes e derivados suínos. A expansão das agroindústrias ocorreu a partir da integração com os agricultores que forneciam a matéria-prima para a indústria. Pelos indicadores sócio-econômicos analisados (IDH-M, IDS e Índice de Exclusão Social), as melhores condições de vida são encontradas em Chapecó, Nova Erechim, Pinhalzinho, São Carlos e Coronel Freitas.

Palavras-chave: Região. Desenvolvimento regional. Indicadores sócio-econômicos.

O desenvolvimento é uma questão que faz parte das discussões dos mais diversos agentes, sejam eles políticos, sociais, econômicos, instituições de ensino, organizações não governamentais, entre outros. Estes agentes buscam entender e promover o desenvolvimento, visto como a evolução de uma determinada condição para outra mais avançada, em que o crescimento econômico seja acompanhado de melhores condições de vida para a população.

Entre as formas mais aceitas para se analisar o desenvolvimento de uma região está o uso de indicadores econômicos e sociais. A partir dos indicadores, tem-se um importante instrumento para dar suporte à elaboração de políticas e estratégias que possam impulsionar os fatores positivos e ao mesmo tempo trabalhar os pontos negativos que afetam o desenvolvimento de determinada região.

O desenvolvimento regional no Estado de Santa Catarina ocorre de maneira diferenciada entre as regiões que formam o Estado. A região Oeste foi a última região do Estado a ser colonizada. Por muitos anos esteve envolvida na disputa de limites. No entanto, atualmente se configura numa das mais importantes regiões catarinenses. Tendo iniciado sua colonização com grupos de descendentes de europeus, oriundos do Rio Grande do Sul, encontrou na exploração da madeira a primeira atividade econômica, passando por transformações até se configurar em grande complexo agroindustrial produtor de alimentos. AAMOSCA – Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - está inserida neste contexto, abrangendo 20 municípios, com área de 2.955,6 Km², onde vivem aproximadamente 240.000 pessoas.

Diante deste contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar as condições sócio-econômicas dos municípios da AMOSCA entre 1970 e 2002. Para tanto efetuou-se a identificação e a evolução dos indicadores econômicos e sociais dos municípios da AMOSCA, bem como analisou-se as diferenças identificadas entre os municípios da região.

I Caracterização da região

Segundo o IBGE, a AMOSCA está localizada na microrregião de Chapecó, que compõe a mesoregião Oeste Catarinense, no Estado de Santa Catarina, abrangendo uma área de 2.955,6 km².

A ocupação do Oeste Catarinense tem a presença de três fases bem distintas, que compreendem os índios nativos, os caboclos e os colonizadores de descendência européia. Cada grupo desenvolveu diferentes formas de sobrevivência: os índios através da caça, pesca e extrativismo; os caboclos pela agricultura de subsistência, extração da erva-mate e tropeirismo e os colonos que desenvolveram a agricultura e a pecuária.

a) A ocupação indígena

A partir de informações citadas por D'Angelis (1995) constata-se que a região da AMOSCA era habitada por índios Guaranis e Kaingangs, onde predominava a mata tropical e a mata de araucárias.

b) Os caboclos

Os caboclos – também chamados de *brasileiros* – que habitavam a região, viviam nos pousos ao longo da estrada que ligava Palmas às Missões (RS) e sobreviviam da exploração da agricultura de subsistência e da erva-mate nos períodos de trânsito das tropas que ligavam o Sul ao centro do país. Para Alba (2002), essa população (caboclos) era constituída pelo excedente da população das fazendas de gado e migrantes de outras áreas do país que começaram um povoamento rarefeito em diferentes locais da região antes da chegada das populações migrantes vindas do Rio Grande do Sul.

De certa forma, esses caboclos auxiliaram na expansão da ocupação por parte das empresas colonizadoras. Conforme Poli (1995, p. 75), "... na medida em que o caboclo formava suas comunidades, as empresas colonizadoras encontravam o caminho aberto para penetrar na região e vender as terras já desbravadas".

Os caboclos não dispunham do espírito capitalista das companhias colonizadoras e a forma de sobrevivência dos caboclos deixava clara sua pouca ambição quanto à acumulação. Sem recursos financeiros, preocupavam-se em produzir apenas para viver. Os caboclos se contentavam em ocupar determinadas áreas onde produziam para subsistência. Neste período o acesso à terra se dava por meio de intrusão ou posse.

Em função de seu modo de vida, adverso à forma de acumulação desenvolvida pelos colonizadores, o caboclo foi sendo deixado à margem do processo de desenvolvimento da região, servindo de mão-de-obra a fazendeiros, ervateiros e madeireiros.

c) Os colonizadores descendentes de europeus

Essa colonização compreende a ocupação das terras por descendentes europeus, compostos principalmente por alemães e italianos, em sua maioria oriundos da chamada "Colônia Velha" do Rio Grande do Sul. Estes colonizadores vieram para a região, tendo como aliados o desejo do Governo do Estado de ocupar as terras e a exploração por parte das companhias colonizadoras.

Além da necessidade do Governo Catarinense em ocupar a região que, para tanto, fez concessões de terras para empresas e pessoas que tivessem condições de proporcionar o objetivo proposto, havia o interesse das companhias colonizadoras.

Para Bellani (1996), a maioria das companhias colonizadoras se instalou com capital próprio, porém o Governo do Estado concedeu alguns incentivos para tais iniciativas, pois tinha conhecimento da necessidade de ocupar efetivamente a região. A partir de 1920 a região passou a contar com mais de uma dezena de companhias colonizadoras, que através de uma política de povoamento e ocupação das terras foram as principais responsáveis pela vinda de milhares de famílias para a região. Eram comercializadas áreas em torno de 24,2 ha, as chamadas colônias. Até a década de 40 foi muito pequena a participação dos Governos Estadual e Federal na região. Desta forma, a abertura de estradas, organização dos povoados e vilas ficou por conta das colonizadoras.

Porém, para ocupar as terras e nelas desenvolver atividades agrícolas, era necessário primeiro extrair a madeira abundante nas matas nativas que cobriam a região, o que se constituiu na primeira grande atividade econômica.

I.1 Evolução das atividades econômicas na AMOSCA

O Oeste Catarinense tinha seu solo originalmente coberto por mata nativa, sendo a mata de araucárias a mais abundante. Primeiramente houve a exploração da erva-mate nativa, atividade desenvolvida pelos caboclos e comercializada com a Argentina. Após a entrada das companhias colonizadoras, a primeira grande atividade econômica da região foi a exploração e comercialização da madeira. A exploração da madeira era necessária para dar início à produção agrícola e à pecuária, cujo excedente posteriormente irá contribuir para a formação de um grande complexo produtor de alimentos.

A madeira era explorada em grande quantidade e exportada para a Argentina e Uruguai através do rio Uruguai. Com suas cheias periódicas (até quatro enchentes por ano), o rio Uruguai era utilizado como meio de transporte para as balsas de madeira.

[...] de 1930 a 1950, as atividades ligadas à madeira deveram-se à iniciativa, principalmente, dos pioneiros oriundos do estado do Rio Grande do Sul. (...) Extinta, hoje, esta atividade marcou profundamente as gerações dos colonizadores oestinos, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento da região (BELLANI, 1995, p. 113).

Ferreira (apud Bellani 1995, p. 117-8) cita que as balsas consistiam num aglomerado de troncos, toras ou tábuas de madeira, reunidos como numa jangada, que ao chegarem ao destino eram desmanchadas e a madeira vendida. A madeira consistia em toras naturais e de qualidade como o cedro, louro, pinheiro e canela entre outros. Ao passo em que a madeira era retirada, abria-se a área para a prática da agricultura e pecuária e estas irão se constituir na próxima atividade econômica da região.

Os colonizadores descendentes de alemães e italianos ao chegarem na região e encontrarem a mata nativa derrubaram-na para praticar a agricultura e a criação de animais. A topografia encontrada era semelhante à de suas regiões de origem no Rio Grande do Sul e assim puderam desenvolver um sistema de produção semelhante ao que estavam habituados.

Conforme Testa *et al* (1996), a produção agrícola tradicional era centrada na família como unidade organizadora do processo produtivo e do trabalho. A abundância de recursos naturais como mata nativa e boa fertilidade do solo contribuiu para a produção de excedentes agrícolas na região. Das matas era retirada a madeira para a construção das instalações e ainda para venda. Do solo fértil as culturas retiravam os nutrientes necessários à boa produção. Esses recursos naturais foram decisivos para mais tarde promoverem o desenvolvimento econômico da região.

A produção de excedentes (cereais e animais) voltados à comercialização, teve como fundamental em sua expansão a construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande (RS). Segundo Pimenta, apud Alba (2002, p. 19-20),

[...] a estrada de ferro foi de fundamental importância para impulsionar a colonização da região, sendo que a mesma se constituiu num meio de transporte para o escoamento da produção agrícola e para transporte de pessoas, entre os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, principalmente.

Desde o início da comercialização de excedentes, a suinocultura fazia parte da diversificação das propriedades rurais. Para Goularti Filho (2003), a produção voltada para o mercado estava fundamentada na diversificação das pequenas propriedades. Nestas propriedades diversificadas, a criação de suínos se constituiu na principal atividade e fonte de renda das pequenas propriedades, tendo a banha como primeiro produto de comercialização e os derivados de suínos na seqüência.

A partir de 1940, porém, a produção e comercialização de suínos para os mercados paulista e fluminense, através do transporte ferroviário, transformou as condições de produção da região, possibilitando o estabelecimento de relações comerciais sistemáticas para as pequenas propriedades. Aliada à produção e comercialização de produtos como o feijão, o trigo e mesmo aves,

todos em caráter complementar, a produção de suínos foi, sem dúvida, o grande fator de equilíbrio e reprodução das unidades camponesas de produção. Paralelo a isso, destaca-se uma considerável produção de milho, o qual, no entanto, era transformado em ração para animais no interior das próprias unidades camponesas (POLI, 1999, p. 64).

Até meados da década de 1960 e início de 1970 não havia grandes entraves para os agricultores entrarem na atividade suinícola. Os agricultores criavam os animais e produziam os alimentos a estes destinados (basicamente milho) na própria propriedade. Isso fazia com que a escala de produção não fosse muito grande, pois geralmente era criado um número de animais condizente com a capacidade de produção de alimentos na propriedade. Mello e Schmidt (2002, p. 11) salientam que “isso permitia que a produção de suínos estivesse presente na maioria das propriedades”.

Ao final da década de 70 e início de 1980 a região passou por profundas transformações econômicas, sociais e políticas. Para Testa *et al* (1996), nesta fase a agroindústria começou a intensificar a integração formal dos produtores, exigindo mudanças nas formas de comercialização dos suínos. A ampliação do mercado de carnes e derivados não ocorreu através do aumento no número de produtores, mas pelo aumento da produção própria das agroindústrias, em um primeiro momento por meio do aumento da escala de produção dos maiores produtores e da implementação de sistemas especializados de produção.

A necessidade de mudanças no modo de produção dos suínos provocou uma grande exclusão de produtores que encontravam na suinocultura uma importante fonte de renda para a propriedade. Conforme Testa *et al* (1996), no ano de 1980 existiam na região oeste 67 mil propriedades desenvolvendo a suinocultura, no ano de 1995 eram 20 mil e, segundo a Epagri, atualmente estão na atividade entre 12 e 13 mil produtores.

Além do aumento da escala de produção nas propriedades e melhoramento genético da suinocultura, a agroindústria expandiu o sistema de integração também para o setor aves. Esta foi outra importante mudança ocorrida na região nas décadas de 1970 e 1980: a avicultura industrial foi implantada como uma diversificação das próprias agroindústrias de suínos. Para Testa *et al* (1996), a avicultura foi introduzida pelas agroindústrias através da adaptação do pacote tecnológico trazido do mercado nacional e internacional. A avicultura catarinense já iniciou em grandes unidades industriais, inicialmente voltada para o mercado interno e, posteriormente, ao mercado internacional.

A avicultura industrial foi impulsionada por fatores como oferta de crédito para investimento de longo prazo, crescimento do setor empresarial, evolução da renda per capita brasileira e estrutura fundiária regional favorável.

A base do desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina tem sido a produção, o abate e o processamento de suínos e aves, resultado da integração entre agroindústrias e pequenos produtores rurais [...] A região vem se especializando na produção agropecuária, aumentando continuamente sua participação na produção agropecuária estadual (THEIS E NODARI 2000, p. 19).

A base de desenvolvimento da região da AMOSC esteve fortemente ligada à produção de excedente agrícola e da comercialização deste excedente. Com o passar do tempo, os pequenos comerciantes acumularam o capital que, aliado ao apoio governamental, transformou-se em grande agroindústria. A presença das agroindústrias faz com que atualmente o Oeste Catarinense seja detentor do maior parque agroindustrial da América Latina e o maior exportador de derivados de frangos e suínos do país.

1.2 Aspectos atuais da AMOSC

A população residente nos municípios que compõem a AMOSC era de 240.028 habitantes no ano de 2000, representando uma densidade populacional de 81,22 hab/km² (a região possui 2.955,10 km²). Excluindo o município de Chapecó que detém 61,23% dos habitantes da região, a densidade demográfica da AMOSC se reduz para 39,92 hab/km².

Tabela 1 – População por situação de domicílio (rural e urbana) e total nos municípios da AMOSC no ano de 2000.

Municípios	População Urbana		População Rural		População Total
	Total	(%)	Total	(%)	
Águas de Chapecó	2.202	38,08	3.580	61,92	5.782
Águas Frias	517	20,48	2.008	79,52	2.525
Caxambu do Sul	2.054	39,03	3.209	60,97	5.263
Chapecó	134.592	91,58	12.375	8,42	146.967
Cordilheira Alta	303	9,80	2.790	90,20	3.093
Coronel Freitas	4.494	42,66	6.041	57,34	10.535
Formosa do Sul	891	32,70	1.834	67,30	2.725
Guatambú	983	20,91	3.719	79,09	4.702
Iratí	412	18,71	1.790	81,29	2.202
Jardinópolis	815	40,87	1.179	59,13	1.994
Nova Erechim	1.720	48,55	1.823	51,45	3.543
Nova Itaberaba	425	9,99	3.831	90,01	4.256
Pinhalzinho	9.313	75,37	3.043	24,63	12.356
Planalto Alegre	739	30,14	1.713	69,86	2.452
Quilombo	4.697	43,75	6.039	56,25	10.736
Santiago do Sul	521	30,72	1.175	69,28	1.696
São Carlos	5.347	57,10	4.017	42,90	9.364
Serra Alta	1.201	36,07	2.129	63,93	3.330
Sul Brasil	744	23,88	2.372	76,12	3.116
União do Oeste	994	29,31	2.397	70,69	3.391
AMOSC	172.964	72,06	67.064	27,94	240.028
Santa Catarina	4.217.931	78,75	1.138.429	21,25	5.356.360

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000.

A tabela 1 mostra que 72,06% da população da AMOSC residem na zona urbana, percentual inferior à média estadual que é de 78,75%. Apesar da maior parcela da população residir nas cidades, esse fato ocorre em apenas 3 municípios: Chapecó (91,58%), Pinhalzinho (75,37%) e São Carlos (57,10%). Nos 17 municípios restantes, a maioria da população está na zona rural. Cabe destacar os municípios de Nova Itaberaba e Cordilheira Alta, onde 90,01% e 90,20% de seus habitantes, respectivamente, residem no campo.

a) Atividades econômicas

As principais atividades econômicas desenvolvidas na região estão relacionadas à agropecuária, desde o cultivo de culturas voltadas para a alimentação dos animais até a industrialização que tem na agroindústria de transformação de carnes seu maior expoente.

A AMOSC tem como uma de suas peculiaridades a estrutura fundiária formada por pequenas propriedades rurais. Os dados do IBGE (Censo de 1995) mostram que, de um total de 15.202 estabelecimentos, 39,55% possuíam menos de 10 ha, 36,76% entre 10 e menos de 20 ha e entre 20 e 50 ha são 20,31% das propriedades. Ou seja, 96,61% das propriedades rurais possuíam até 50 ha. É nas pequenas propriedades que tem origem a maior parte dos produtos agrícolas e animais produzidos nesta região.

As principais culturas desenvolvidas na região são voltadas para o mercado. Segundo o IBGE (2004), no ano de 2002 cerca de 87,72% do total da área plantada (152.571 ha) com culturas temporárias esteve dividida entre as plantações de milho (90.580 ha), soja (18.400 ha), feijão (15.845 ha), trigo (4.505 ha) e fumo (4500 ha). É possível observar que as culturas voltadas para a produção de alimentos para os animais (suínos e aves) são as que possuem a maior área plantada (milho e soja). Com relação à criação de animais, a região responde por 6,26% (195.126) dos bovinos do estado, por 8,53% (456.748) dos suínos e por 12,16% (15.616.000) das aves.

Além do destaque da agropecuária na AMOSC, os demais setores da economia também desempenham importante papel como impulsionadores do crescimento da região.

Tabela 2 – Número de trabalhadores (emprego formal) nos setores de atividades na AMOSC e em Santa Catarina no ano de 2002.

Setor de atividade	AMOSC		Santa Catarina	
	Empregos	Part. (%)	Empregos	Part. (%)
Indústria	18.986	39,51	435.385	35,24
Construção Civil	1.477	3,07	42.779	3,46
Comércio	10.491	21,83	214.045	17,32
Serviços	16.066	33,44	507.298	41,06
Agropecuária	1.031	2,15	36.105	2,92
Total	48.051	100,00	1.235.612	100,00

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego.

Os números do emprego formal na AMOSC e em Santa Catarina nas diferentes atividades econômicas podem ser observados na tabela 2. No ano de 2002 a AMOSC contribuía com 3,89% dos empregos disponíveis no Estado.

O total do emprego formal da AMOSC era representado por 39,51% na indústria, 33,44% nos serviços e 21,83% no comércio, enquanto que no Estado a indústria participava com 35,24%, os serviços com 41,06% e o comércio com 17,32%. Na AMOSC o setor da indústria é o que mais emprega, estando este setor dividido nos mais variados segmentos, entre eles destacam-se: a fabricação de produtos alimentares e bebidas detém 60,95% dos estabelecimentos; fabricação de móveis e indústrias diversas tem 10,34% dos estabelecimentos e a fabricação de máquinas e equipamentos tem 4,57% dos estabelecimentos industriais.

Outro importante indicador, a renda per capita AMOSC e os índices que medem a desigualdade na distribuição da renda, pode ser observado na tabela 3. A renda per capita média da AMOSC é de R\$ 244,88, inferior à média estadual (R\$ 348,72) e nacional (R\$ 268,48).

Entre os municípios que compõem a AMOSC, a renda per capita varia entre R\$ 145,53 e R\$ 389,92. A renda per capita mais elevada é verificada em São Carlos (R\$ 389,92) e, na seqüência, aparecem Chapecó (R\$ 341,64) e Nova Erechim (R\$ 318,05). A menor renda per capita ocorre nos municípios de Guatambú (R\$ 145,53), Jardinópolis (R\$ 163,26) e Sul Brasil (R\$ 166,92). Para a obtenção de informações quanto à distribuição dessa renda entre os indivíduos, analisamos os Índices de Gini e de Theil.

Analisando o Índice de Gini observa-se que a renda per capita melhor distribuída está em Serra Alta (0,47), Guatambú (0,52) e Coronel Freitas, Jardinópolis e Sul Brasil (0,53). A renda mais concentrada está em Caxambú do Sul (0,65) e Formosa do Sul (0,62), seguidos por Irati, Quilombo e São Carlos com índice de 0,61. Já o Índice de Theil, que mede a distribuição dos indivíduos segundo a renda domiciliar per capita, mostra que a menor concentração ocorre em Serra Alta (0,40), Coronel Freitas e Guatambú com índice de 0,50. Já a maior concentração é registrada em Caxambú do Sul (0,83), Irati (0,73) e São Carlos (0,71).

Cabe destacar algumas particularidades entre os municípios, tais como: 1) O município de São Carlos tem a maior renda per capita da AMOSC, mas apresenta elevados índices de concentração (Índice de Gini 0,61 e Índice de Theil 0,71); 2) Caxambú do Sul possui renda concentrada, mesmo sendo baixa em relação aos demais municípios; 3) A renda per capita de Guatambú e Serra Alta é baixa, porém pouco concentrada quando comparada aos outros municípios da região.

Tabela 3 – Renda per Capita, Índice de Gini¹ e Índice de Theil² dos municípios da AMOSC no ano de 2000.

Municípios	Renda per Capita* (R\$)	Índice de Gini	Índice de Theil
Águas de Chapecó	262,02	0,59	0,64
Águas Frias	271,11	0,56	0,58
Caxambu do Sul	186,00	0,65	0,83
Chapecó	341,64	0,57	0,59
Cordilheira Alta	315,96	0,54	0,53
Coronel Freitas	243,86	0,53	0,50
Formosa do Sul	238,11	0,62	0,72
Guatambú	145,53	0,52	0,50
Irati	167,98	0,61	0,73
Jardinópolis	163,26	0,53	0,53
Nova Erechim	318,05	0,55	0,53
Nova Itaberaba	231,30	0,59	0,63
Pinhalzinho	271,07	0,55	0,53
Planalto Alegre	257,73	0,56	0,56
Quilombo	260,88	0,61	0,69
Santiago do Sul	175,19	0,58	0,59
São Carlos	389,92	0,61	0,71
Serra Alta	227,31	0,47	0,40
Sul Brasil	166,92	0,53	0,53
União do Oeste	263,75	0,54	0,54
Média da AMOSC	244,88	0,56	0,59
Santa Catarina	348,72	0,56	0,55
Brasil	268,48	0,63	0,69

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Nota – * Valores de agosto de 2000.

2 Alguns conceitos utilizados no desenvolvimento regional

2.1 Conceito de região

Existem muitas discussões quanto ao conceito de região, pois muitas vezes a região é definida a partir do que se pretende estudar – que podem ser aspectos econômicos, sociais ou culturais – desde que exista certa articulação entre os elementos que compõem o objetivo do estudo.

Segundo Lobato Corrêa (1997), desde que a geografia foi institucionalizada como disciplina nas universidades européias no último quartel do século XIX até 1970, os geógrafos se utilizaram de 3 grandes acepções para designar região: região natural (1870-

1920), região paisagem (1920-1950) e região como criação intelectual (1960-1970). Após 1970 existe grande pluralismo conceitual entre os geógrafos em relação ao conceito de região, baseado na diferenciação de áreas. Para Anne Gilbert apud Lobato Corrêa (1997), três conceitos de região foram desenvolvidos após 1970: 1) região como resposta aos processos capitalistas – a região é entendida como a organização espacial dos processos sociais associados ao modo de produção capitalista; 2) região como foco de identificação – definida como um conjunto específico de relações culturais entre um grupo e lugares particulares, uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por determinado grupo, um elemento constituinte de uma identidade; 3) região como meio para interações sociais – uma visão política da região, com base na idéia de que a dominação e poder constituem fatores fundamentais na diferenciação de áreas.

O mesmo autor define, ainda, uma região considerando a ocupação e as transformações provocadas pelos indivíduos, em determinado espaço:

[...] pode-se dizer que a região é considerada uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, ou seja, da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos (LOBATO CORRÊA, 1987, p. 45).

É neste sentido que Etges (2001, p. 351), afirma que

[...] à medida em que a sociedade vai se apropriando de determinado território, ela vai imprimindo suas marcas; quanto mais desenvolvida ela for, no sentido de dispor de tecnologia para intervir na natureza, mais ela vai moldando o território, visando atender às suas necessidades ou interesses.

Benko (1999, p. 20) concorda com a mesma linha de pensamento: “a evolução da noção de região no século XX fez os economistas, os geógrafos, os historiadores e os sociólogos compreenderem que a região é um produto social gradualmente construído por sociedades nos respectivos espaços de vida.”

Existe grande diversidade de definições para região. Cada autor inclui termos e variáveis que considera mais adequadas ao estudo que se propõe a desenvolver e desta forma desenvolve o próprio conceito de região. Neste estudo seguiu-se a definição de Lobato Corrêa (1987), que considera a região a partir das transformações provocadas pelos indivíduos ao ocuparem determinado espaço.

2.2 Desenvolvimento e subdesenvolvimento

As denominações desenvolvimento e subdesenvolvimento são utilizadas para referir-se a diferentes países, considerando-se as diferentes condições sócio-econômicas de sua população.

Definir desenvolvimento não é uma tarefa muito simples. Por muito tempo, o desenvolvimento foi visto apenas como crescimento econômico. Para Siedenberg (2001),

o uso do termo desenvolvimento a partir de meados da década de 1980 ocupou lugar de destaque nas políticas públicas, na mídia e em outras publicações. O problema está no fato de que muitas vezes se fala em desenvolvimento sem ter a devida explicação do que se entende por desenvolvimento.

Segundo Souza (1999) não existe uma definição totalmente aceita de desenvolvimento. No entanto pode-se identificar duas correntes de pensamento entre os economistas: a primeira, de inspiração mais teórica, considera crescimento e desenvolvimento como sinônimos. A segunda corrente, voltada para a realidade, considera o crescimento como uma condição para o desenvolvimento, porém só o crescimento não é suficiente.

Furtado (1988, p. 53) define o desenvolvimento para a primeira corrente de pensamento como “[...] a evolução de um sistema social de produção que, por intermédio de acumulação e progresso tecnológico, torna-se mais eficiente, ou seja, aumenta a produtividade de sua força de trabalho como um todo”.

A segunda corrente de pensamento considera o crescimento econômico como simples variação quantitativa do produto, ao passo que o desenvolvimento proporciona alterações na qualidade de vida da população. De acordo com Souza (1999), essa noção de desenvolvimento implica mudanças de estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais, melhorando a renda média dos agentes envolvidos no processo produtivo.

Desenvolvimento econômico define-se, portanto, pela existência de crescimento econômico contínuo (g), em ritmo superior ao crescimento demográfico (g^*), envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos e sociais. Compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado e a elevação geral da produtividade. Com o desenvolvimento, a economia adquire maior estabilidade e diversificação; o progresso tecnológico e a formação de capital tornam-se gradativamente fatores endógenos, isto é, gerados predominantemente no interior do país (SOUZA, 1999, p. 22).

Neste sentido, o desenvolvimento não é um processo no qual o objetivo é alcançado imediatamente: será atingido com o passar do tempo, através do crescimento da economia, quando as condições de vida da população alcançarem melhoria.

Até alcançarem o estágio de desenvolvidos, os países passam por modificações econômicas e sociais. Na concepção de Stiglitz (1998), o desenvolvimento representa uma transformação da sociedade, uma mudança das relações tradicionais, das maneiras tradicionais de pensar, de lidar com a saúde e a educação, dos métodos tradicionais de produção, em favor de meios mais modernos. Por outro lado, os países que não conseguiram acompanhar a evolução social e econômica dos países desenvolvidos são comumente designados *subdesenvolvidos*, *terceiro mundo* ou *em desenvolvimento*.

Na concepção de Viana (1978), o conceito de país subdesenvolvido está relacionado ao nível de renda média anual per capita. Porém essa condição é reforçada por outros traços característicos:

- a) predominância da produção primária;

- b) baixo percentual da população ativa sobre a população total;
- c) reduzido nível de capacitação técnica;
- d) elevado índice de mortalidade infantil e;
- e) economia altamente dependente do exterior e na qual subsiste um setor pré-capitalista, praticamente autônomo, de maior ou menor amplitude, conforme o grau de desenvolvimento do país.

Rotular os diferentes países entre desenvolvidos e subdesenvolvidos ou entre ricos e pobres não é uma tarefa fácil. Com base em que podemos dizer que um país é pobre? Talvez uma alternativa seja através da comparação de algumas condições de vida entre os países pobres e ricos ou subdesenvolvidos e desenvolvidos.

Conforme Todaro (1979), existem algumas características estruturais e conjunturais que são comuns aos países subdesenvolvidos: baixa renda per capita, condições de saúde ruins, baixa produtividade do trabalho e elevada dependência do setor primário, altas taxas de crescimento populacional, o baixo nível de urbanização e as elevadas taxas de inflação. Para estes países, o desenvolvimento é apontado como uma das formas de reduzir as desigualdades econômicas e sociais entre a população, oferecendo melhores condições de vida.

2.3 Desenvolvimento regional

As abordagens teóricas referentes ao desenvolvimento regional encontram-se ainda em construção. Os autores buscam elaborar argumentos e teorias que possam explicar as diferentes dinâmicas que influenciam as regiões. Para Lopes (1995, p. 289), "... está ainda por formular uma teoria de aceitação geral em torno do Desenvolvimento Regional"³.

Os estudos relacionados ao desenvolvimento regional estão envolvendo diferentes áreas, que buscam na interdisciplinaridade a possibilidade de melhor compreender a diversidade de aspectos que envolvem o regional. Lopes (1995) diz que uma das razões do interesse crescente quanto ao desenvolvimento regional está na necessidade de elaborar planos que tomem conta da diversidade espacial. Nas últimas décadas as formulações teóricas do desenvolvimento regional vêm apresentando duas tendências: na primeira as regiões são vistas cada vez menos isoladamente e cada vez mais no sistema de regiões a que pertencem; a segunda, que não pode ser dissociada da primeira, tem avançado na abordagem pluri-disciplinar dos problemas da região, tomando os fatores de ordem econômica apenas como alguns dos fatores a serem considerados. Entre os fatores a serem considerados nas formulações teóricas do desenvolvimento regional estão os relacionados à organização da sociedade que faz parte da região.

A participação da sociedade organizada como alavancadora do desenvolvimento regional é defendida por Becker (2002), ao considerar que as estratégias bem sucedidas de desenvolvimento regional estão associadas a estratégias (re)estruturantes do desenvolvimento regional (vontades coletivas regionais). Essas estratégias são executadas pelas organizações e instituições das comunidades regionais, ou seja, as estratégias são formuladas e executadas por sujeitos coletivos regionais.

Tomando por base esta perspectiva, desenvolvimento regional é definido por Becker (2002, p. 56) como:

[...] um processo de transformações econômicas, sociais e políticas, cuja dinâmica é imprimida desde dentro e por iniciativa própria desses sujeitos (inovadores tecnológicos e criadores ideológicos) coletivos regionais, manifesta nas mudanças estruturais ou qualitativas que um processo de desenvolvimento regional sofre, a partir de alterações endógenas.

O desenvolvimento regional visa um desenvolvimento mais voltado às especificidades de cada local, buscando integrar de forma interdisciplinar os aspectos naturais, econômicos e sociais. Para tanto é fundamental a interação e a participação da comunidade, com o objetivo de potencializar os pontos positivos e também na busca conjunta de soluções para os pontos críticos.

3 Indicadores de desenvolvimento na região da AMOSC

A qualidade de vida de uma população, na maioria dos casos, é medida através de indicadores qualitativos e quantitativos. São considerados aspectos como saúde, nível educacional, renda, acesso a bens públicos, lazer, longevidade, entre outros.

3.1 Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

O IDH foi idealizado pelo economista paquistanês Mahbud ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no início da década de 1990. O objetivo da elaboração do IDH é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o PIB per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH pretende ser uma medida geral e sintética do desenvolvimento humano.

A construção do IDH incorpora indicadores de esperança de vida ao nascer, grau de alfabetização entre adultos e poder de compra da renda per capita de cada país. Para Gall (apud Oliveira, 1998, p. 157), "[...] o IDH qualifica a condição humana e classifica os países em função de seu êxito em remediar as necessidades humanas".

O cálculo do IDH baseia-se em 4 indicadores agrupados em três dimensões, com peso de (1/3) cada dimensão:

- a) Renda: considera a renda familiar per capita média;
- b) Educação: é dividida entre taxa de analfabetismo (%) e número médio de anos de estudo;
- c) Longevidade: consiste na esperança de vida ao nascer;

O IDH é o índice de qualidade de vida mais difundido e mais utilizado mundialmente para comparar as condições de vida entre a população de diferentes países. É com base neste índice que a ONU elabora seus programas visando o combate à pobreza e à melhoria das condições humanas de sobrevivência.

3.2 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M

A metodologia do IDH-M foi desenvolvida por pesquisadores da FJP (Fundação João Pinheiro) e IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Semelhante ao IDH, o cálculo do IDH-M apresenta os índices de longevidade, educação e renda. Para que esse novo índice fosse desenvolvido, foram necessárias algumas modificações metodológicas pois, assim como o IDH, o IDH-M também mensura o desenvolvimento humano em uma unidade geográfica.

As adaptações são necessárias em função dos municípios não serem economias fechadas, pois pode ocorrer de grande parte da renda ser apropriada por pessoas não residentes no município. O fato do PIB per capita indicar a renda gerada no território do município e não necessariamente a renda apropriada pela população que nele reside poderia distorcer a análise. Para evitar esta distorção, foi utilizada a renda familiar per capita média do município, que considera apenas a renda das famílias residentes no município.

Pelos mesmos problemas, na dimensão educação o IPEA substituiu a taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino pelo número médio de anos de estudo da população adulta (de 25 anos ou mais) do município. Essas alterações permitem que os indicadores renda e educação retratem com mais precisão o desenvolvimento humano da população que reside em cada município.

3.2.1 IDH-M na AMOSC

O IDH-M é o mais difundido entre os índices de desenvolvimento calculados em nível de municípios, servindo de base para muitos estudos. Entre os estados brasileiros, Santa Catarina obteve a segunda colocação no IDH-M no ano de 2000 (no ano de 1991 era o quinto colocado).

Analisando o IDH-M dos municípios em 2000 apresentados pela tabela 4, verifica-se que na AMOSC o município que apresenta o melhor IDH-M é Chapecó (0,848), seguido por Cordilheira Alta (0,826) e Planalto Alegre (0,817). Em colocação oposta, ou seja, os piores índices, foram encontrados nos municípios de Guatambú (0,737), Caxambu do Sul (0,738) e Jardinópolis (0,763).

Em relação à variação ocorrida no período de 1980 comparado a 1970, observa-se que todos os municípios obtiveram melhoria no índice. Já no período que compreende o ano de 1991 em relação a 1980, 4 entre os 20 municípios pioraram sua situação. A maior redução foi constatada em Guatambú, Nova Itaberaba e Cordilheira Alta. Na comparação de 2000 com 1991, a maior evolução ocorreu em Planalto Alegre, Formosa do Sul e Águas de Chapecó. O período inteiro em análise (2000 em relação a 1970) nos indica que a maior evolução em termos de IDH-M foi no município de Serra Alta (0,403 para 0,810), já o menor crescimento foi o de Guatambú (0,478 para 0,737).

Tabela 4 – IDH-M dos municípios da AMOSC no período de 1970 a 2000.

Municípios	Índice do IDH-M			
	1970*	1980*	1991**	2000**
Águas de Chapecó	0,463	0,603	0,672	0,781
Águas Frias	0,448	0,637	0,688	0,799
Caxambu do Sul	0,448	0,637	0,649	0,738
Chapecó	0,478	0,733	0,761	0,848
Cordilheira Alta	0,478	0,733	0,714	0,826
Coronel Freitas	0,448	0,637	0,71	0,811
Formosa do Sul	0,447	0,615	0,68	0,795
Guatambú	0,478	0,733	0,649	0,737
Iratí	0,447	0,615	0,666	0,773
Jardinópolis	0,448	0,637	0,684	0,763
Nova Erechim	0,497	0,685	0,728	0,81
Nova Itaberaba	0,478	0,733	0,668	0,759
Pinhalzinho	0,504	0,751	0,733	0,826
Planalto Alegre	0,448	0,637	0,691	0,817
Quilombo	0,447	0,615	0,698	0,802
Santiago do Sul	0,447	0,615	0,68	0,772
São Carlos	0,507	0,671	0,718	0,811
Serra Alta	0,403	0,654	0,704	0,81
Sul Brasil	0,403	0,654	0,672	0,771
União do Oeste	0,448	0,637	0,717	0,806

Fontes:

(*) Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Governo do Estado de Santa Catarina (2003)

(**) Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

O IDH-M de 1991 e de 2000 permite uma análise mais detalhada quanto aos municípios em termos dos sub-índices (Educação, Longevidade e Renda). Em termos de sub-índices, todos os municípios evoluíram positivamente.

O sub-índice Educação, no ano de 1991 apresentava como melhor colocados os municípios de Chapecó (0,807), São Carlos (0,805) e Nova Erechim (0,801), enquanto que nas últimas colocações estavam Sul Brasil (0,710), Nova Itaberaba (0,712) e Guatambú (0,720). Em 2000, Chapecó (0,943) continuava ocupando a primeira posição, seguido por Pinhalzinho (0,914) e Águas Frias (0,903). Os menores índices eram de Águas de Chapecó (0,845), Caxambu do Sul (0,851) e Santiago do Sul (0,850).

Outro sub-índice analisado foi a Longevidade. No ano de 1991 a maior expectativa de vida era encontrada em Chapecó 72,94 anos (índice parcial de 0,799) e a menor em Caxambu do Sul e Guatambú, 65,51 anos (índice 0,675). Em 2000, Planalto Alegre aparece com índice mais elevado (índice parcial de 0,880), equivalente a 77,82 anos, em seguida aparecem Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Iratí, Pinhalzinho, Serra Alta e

União do Oeste, todos com 76,29 anos e índice parcial de 0,855. Neste período, as maiores evoluções ocorreram em Pinhalzinho, Guatambú e Planalto Alegre.

O sub-índice relacionado à Renda tinha em 1991 como melhores posicionados os municípios de Chapecó com renda de R\$ 223,77 (índice 0,676) e Pinhalzinho R\$ 194,43 (índice 0,652). O menor índice de renda era obtido nos municípios de Irati R\$ 85,43 (índice 0,515) e Sul Brasil R\$ 87,20 (índice 0,519). Em 2000 observa-se que o primeiro colocado era São Carlos com renda de R\$ 389,92 (índice 0,769) e depois Chapecó com R\$ 341,64 (índice 0,735). Em situação oposta se encontram Guatambú R\$ 145,53 (índice 0,604) e Jardinópolis R\$ 163,26 (índice 0,623).

3.3 Índice de Desenvolvimento Social – IDS

O Índice de Desenvolvimento Social foi elaborado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDM) do Governo do Estado de Santa Catarina. O índice foi elaborado a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE. A metodologia se fundamenta no estudo comparado, isto é, o município de melhor desempenho no indicador, quando comparado ao valor próximo ou igual ao melhor valor (meta) no Estado, é contemplado com o valor máximo 1 (um) e o pior com o valor mínimo zero (0).

Para obter o IDS dos municípios catarinenses, que reúne 17 indicadores⁴, foi calculado o Índice de Condição de Eficiência - ICE, que consiste numa medida que, quanto mais próxima do valor 1, melhores são as condições de eficiência do indicador e, ao se aproximar do valor 0, piores as condições de eficiência.

Estabeleceram-se 5 classes hierárquicas de desempenho do ICE: alto (0,95 a 1,00); médio alto (0,90 a 0,94); médio (0,80 a 0,89); médio baixo (0,70 a 0,79) e baixo (0,00 a 0,69). Desta forma os municípios são classificados em cinco classes, de acordo com suas condições de desenvolvimento sócio-econômico.

3.3.1 IDS na AMOSC

O IDS apresentado na tabela 5 mostra que apenas um município da AMOSC (Chapecó) possui nível de eficiência médio alto e, quanto aos demais municípios, 15 apresentam nível médio e 4 nível médio baixo.

Considerando as classificações segundo o índice de eficiência, Chapecó obteve 0,926 e, na sequência, vem Pinhalzinho (0,888) e Quilombo (0,880). Por outro lado, Águas de Chapecó (0,771), Caxambu do Sul e Irati (com índices de 0,787) e Nova Itaberaba (0,792), são os municípios que obtiveram os piores índices, classificados como nível médio baixo.

Tabela 5 – Índice de Desenvolvimento Social dos municípios que compõem a AMOSC, no ano de 2001.

Municípios	Índice de Eficiência	Nível de Eficiência
Águas de Chapecó	0,777	Médio Baixo
Águas Frias	0,855	Médio
Caxambu do Sul	0,787	Médio Baixo
Chapecó	0,926	Médio Alto
Cordilheira Alta	0,875	Médio
Coronel Freitas	0,851	Médio
Formosa do Sul	0,854	Médio
Guatambú	0,839	Médio
Irati	0,787	Médio Baixo
Jardinópolis	0,851	Médio
Nova Erechim	0,839	Médio
Nova Itaberaba	0,792	Médio Baixo
Pinhalzinho	0,888	Médio
Planalto Alegre	0,850	Médio
Quilombo	0,880	Médio
Santiago do Sul	0,808	Médio
São Carlos	0,870	Médio
Serra Alta	0,850	Médio
Sul Brasil	0,809	Médio
União do Oeste	0,847	Médio

Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Governo do Estado de Santa Catarina (2003).

3.4 Índice de Exclusão Social

O Índice de Exclusão Social foi elaborado por uma equipe de professores da Unicamp, tendo como organizadores Pochmann e Amorim (2003). Foram definidos três grandes temas a serem trabalhados: Padrão de vida digno, Conhecimento e Risco Juvenil.

1) Padrão de vida digno: teve como objetivo observar as possibilidades de bem-estar material da população. Foram utilizados como indicadores: a) a porcentagem de 'chefes de família pobres no município'; b) quantidade de trabalhadores com emprego formal sobre a população em idade ativa; c) uma *proxi* do índice de desigualdade de renda, calculado pela razão entre a quantidade de chefes de famílias que ganham acima de dez salários mínimos sobre o número de chefes de famílias que ganham abaixo disso. Esses indicadores permitem uma aproximação das possibilidades de consumo das famílias nos diferentes municípios brasileiros.

2) Conhecimento: para quantificar a participação da população no legado técnico-cultural da sociedade, foram utilizados os indicadores 'anos de estudo do chefe de família' e 'alfabetização da população acima de cinco anos de idade'.

3) **Risco Juvenil**: este indicador leva em conta o risco da população mais jovem envolver-se em ações criminosas, utilizando os indicadores 'participação de jovens de 0 a 19 anos na população' e a taxa de 'homicídios por 100 mil habitantes'.

3.4.1 Índice de Exclusão Social na AMOSC

Através da tabela 6 constata-se que o município de melhor colocação é Chapecó (com índice de 0,591) e na sequência aparecem Nova Erechim (0,575) e Cordilheira Alta (0,567). Os piores índices foram obtidos por Guatambú (0,436), Sul Brasil (0,462) e Irati (0,475).

Para possibilitar uma análise mais detalhada deste índice, consideramos os sub-índices que o compõem, calculando-se a participação de cada componente (Padão de Vida Digno, Conhecimento e Risco Juvenil) no índice final.

Tabela 6 – Índice de Exclusão Social e participação dos Índices ponderados no Índice de Exclusão Social dos Municípios da AMOSC.

Municípios	Índice de Exclusão Social	Participação do 'Padrão de Vida Digno'	Participação do 'Conhecimento'	Participação do 'Risco Juvenil'
Águas de Chapecó	0,511	0,156	0,099	0,257
Águas Frias	0,538	0,164	0,105	0,268
Caxambu do Sul	0,492	0,128	0,097	0,267
Chapecó	0,591	0,207	0,127	0,257
Cordilheira Alta	0,567	0,208	0,105	0,255
Coronel Freitas	0,528	0,166	0,105	0,257
Formosa do Sul	0,491	0,125	0,102	0,264
Guatambú	0,436	0,107	0,095	0,235
Irati	0,475	0,129	0,095	0,251
Jardinópolis	0,482	0,122	0,104	0,255
Nova Erechim	0,575	0,191	0,110	0,274
Nova Itaberaba	0,498	0,144	0,096	0,259
Pinhalzinho	0,552	0,172	0,116	0,264
Planalto Alegre	0,518	0,158	0,097	0,264
Quilombo	0,521	0,161	0,106	0,255
Santiago do Sul	0,489	0,130	0,096	0,264
São Carlos	0,557	0,161	0,116	0,280
Serra Alta	0,543	0,171	0,105	0,267
Sul Brasil	0,462	0,107	0,098	0,258
União do Oeste	0,517	0,155	0,100	0,263

Fonte: Elaboração da autora com base em POCHMANN e AMORIN (2003).

O sub-índice do Padrão de Vida Digno (pobreza, emprego e desigualdade) tem como melhor colocado o município de Cordilheira Alta (0,208), seguido por Chapecó (0,207) e Nova Erechim (0,191). Neste sub-índice o que faz com que a colocação de Cordilheira Alta seja superior aos demais é o menor grau de desigualdade e de pobreza observados no

município. Também é possível observar que o emprego é mais elevado em Chapecó: isso é explicado pelo grande percentual de população residente na zona urbana aliado ao fato do município ocupar a posição de pólo comercial e industrial regional. Outro aspecto que chama a atenção, se olharmos a pobreza dos chefes de famílias do municípios, é o município de Serra Alta, que aparece com o melhor índice perante os demais municípios da região.

Chapecó detém a primeira colocação no sub-índice do Conhecimento (alfabetização e escolaridade). Esta colocação pode ser explicada, em parte, pelo fato de que no município estão instaladas diversas instituições de ensino que abrangem desde o ensino fundamental até o superior além de cursos profissionalizantes. Após Chapecó, aparecem os municípios de São Carlos e Pinhalzinho. Quanto à escolaridade por chefe de família, novamente Chapecó está à frente dos demais municípios, seguindo-se Pinhalzinho e São Carlos.

Já quando se observa o sub-índice de Risco Juvenil (juventude e violência), os melhores índices são obtidos por São Carlos, Nova Erechim e Águas Frias. Ao analisar-se o sub-índice desmembrado, encontra-se o maior percentual de jovens nos municípios de São Carlos, Cordilheira Alta e Nova Erechim. Fato interessante ocorre com o número de homicídios por 1000 habitantes que, em 13 dos 20 municípios da AMOSC, apresenta um índice com valor máximo (1,000), significando que ocorrem poucos casos de homicídios.

Conclusão

A região da AMOSC teve, a partir da vinda dos imigrantes oriundos do Rio Grande do Sul, o início de sua efetiva ocupação, a partir da qual desenvolveram-se as atividades agrícolas que, com a produção de excedentes, serviram para impulsionar o comércio e mais tarde a industrialização.

Apesar dos índices utilizarem indicadores diferentes, ou mesmo a metodologia ser diferenciada, ao se fazer uma análise conjunta dos três diferentes índices, observa-se algumas semelhanças, ou seja, as conclusões não variam muito. Chapecó é o município que apresenta os melhores índices, destacando-se também Cordilheira Alta, Nova Erechim, São Carlos e Pinhalzinho. No outro extremo, como os municípios com maiores problemas sócio-econômicos aparecem Guatambú, Caxambu do Sul, Nova Itaberaba, Águas de Chapecó e Sul Brasil.

Na composição da maioria dos índices estão variáveis relacionadas à saúde, educação e renda. Os dados referentes à educação e saúde apresentam pouca diferença entre os municípios. Já a renda é o indicador que apresenta grande diferença entre os municípios, fazendo com que o índice se torne menor. A renda per capita média nos municípios da AMOSC é inferior à média estadual e à do Brasil.

Socioeconomic development indicators in the region of AMOSC - Association of cities of the West of Santa Catarina

ABSTRACT

Economic development is the subject of many studies and discussions by different

institutions. Inside this field of knowledge the regional development gains each time more space. The present study verified the socioeconomic conditions of the cities that compose the AMOSC. The economic activities related to the market started with the wood exploitation and later with agricultural production and animal breeding. The commercial capital was the base for the implementation of cold storage for meat and pork derivatives industrialization. The expansion of food industry occurred from its integration with farmers who supplied them with raw material. By the socioeconomic indicators analyzed (IDH-M, IDS and Index of Social Exclusion), the best conditions of life are found in Chapecó, Nova Erechim, Pinhalzinho, São Carlos and Coronel Freitas.

Keywords: Region. Regional development. Socioeconomic indicators.

Notas

- * Doutor em Economia (UFRGS), professor orientador do PPGDR-UNISC. silvio@unisc.br
- ** Economista (UNOCHAPECÓ), Mestre em Desenvolvimento Regional (PPGDR-UNISC). Bolsista CAPES durante o curso de Mestrado, sendo que o referido artigo é resultante de sua pesquisa. rosemarif@yahoo.com.br.
- *** A AMOSC é composta pelos municípios de: Águas de Chapecó, Águas Frias, Caxambú do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Guatambú, Irati, Jardinópolis, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Quilombo, Santiago do Sul, São Carlos, Serra Alta, Sul Brasil, União do Oeste.
- ¹ O Índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0 quando não há desigualdade (a renda de todos possui mesmo valor) a 1 quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo da sociedade detém toda a renda e a dos demais é nula).
- ² O Índice de Theil mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. É o logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica das rendas individuais, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre os indivíduos e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo. Para seu cálculo, exclui-se do universo os indivíduos com renda domiciliar per capita nula.
- ³ Grifos no original.
- ⁴ **Saúde:** mortalidade infantil, proporção de recém-nascidos de mães que realizaram 4 ou mais consultas pré-natal, cobertura vacinal de rotina por DPT em menores de 1 ano, cobertura vacinal contra poliomielite, cobertura vacinal contra o sarampo.
Educação: atendimento da educação infantil (0 a 6 anos), atendimento no ensino fundamental (7 a 14 anos), permanência na escola no ensino fundamental, aprovação no ensino fundamental, repetência no ensino fundamental, distorção série/idade no ensino fundamental, atendimento no ensino médio (15 a 17 anos), distorção série/idade no ensino médio, analfabetismo dos eleitores de 16 anos e mais de idade.
Econômico: PIB municipal per capita, consumo médio de energia elétrica residencial e consumo médio de energia elétrica comercial.

Referências

- ALBA, Rosa S. *Espaço urbano: os agentes da produção em Chapecó*. Chapecó: Argos, 2002.
- AMOSC – Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina. *Mapa da AMOSC*. Disponível em <<http://www.amosc.org.br>>. Acesso em: 12 de agosto de 2003.

BECKER, Dinizar Fermiano. A economia política do desenvolvimento regional contemporâneo. *Redes*, Santa Cruz do Sul, vol. 7, n. 3, set/dez/2002, p. 35-59.

BELLANI, Eli Maria. Balsas e balseiros no Rio Uruguai (1930-1950). In: *Para uma história do Oeste Catarinense: 10 anos de CEOM*. Chapecó: Unoesc, 1995, p. 113-139.

_____. *Madeiras, balsas e balseiros no Rio Uruguai: o processo de colonização do velho município de Chapecó (1917-1950)*. Chapecó: Unoesc, 1996.

BENKO, Georges. *A ciência regional*. Portugal: Celta, 1999.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do Oeste Catarinense. In: *Para uma história do Oeste Catarinense: 10 anos de CEOM*. Chapecó: Unoesc, 1995, p. 141-219.

ETGES, Virgínia Elisabeta. A região no contexto da globalização: o caso da região do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário & SILVEIRA, Rogério L. (org.). *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001, 395 p.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento. In: CAIDEN, Gerald; CARAVANTES, Gerald do R. *Reconsideração do conceito de desenvolvimento*. Caxias do Sul: Educus, 1988.

GOULARTI FILHO, Alcides. Origem e crescimento do capital industrial em Santa Catarina: 1980 a 1945. In: *Terceras Jornadas de História Econômica*. Montevideo, 9 a 11 jul/2003. CD-Rom.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Produção Agrícola Municipal (PAM). Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 de julho de 2004.

_____. Censo Agropecuário 1995. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 de setembro de 2004.

_____. Censo Demográfico 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 de junho de 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA e FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. *Definição e metodologia de cálculos dos indicadores e índices de desenvolvimento humano e condições de vida*. Disponível em: <<http://www.undp.org.br/HDR/HDR2000/Metodologias%20%20IDH-M%20e%20ICV.pdf>>. Acesso em: 12 de setembro de 2003.

LOBATO CORRÊA, Roberto. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1987.

LOPES, A. Simões. *Desenvolvimento regional: problemática, teoria, modelos*. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkion, 1995.

MELLO, Márcio A.; SCHMIDT, Wilson. A cadeia produtiva do leite e a agroindústria familiar do Oeste de Santa Catarina: possibilidade para o desenvolvimento. In: *Cadernos de Economia*. Chapecó: Unoesc, ano 6, n. 10, jan/jun/2002, p. 7-30.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS). Departamento de Emprego e Salário (DES). Coordenação Geral de Estatísticas do Trabalho e Identificação Profissional (CGETIP). CD-ROM. 1997 e 2002.

OLIVEIRA, Júlio César. Indicadores de desenvolvimento humano ampliado por estados e mesorregiões da região sul do Brasil, 1980/1991. *Estudos CEPE*, Santa Cruz do Sul, n.7/8, jan/dez, 1998, p. 53-80.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2000/2001*. Disponível em <<http://www.undp.org.br>>. Acesso em 11 de set. 2003.

_____. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Disponível em <<http://www.undp.org.br>>. Acesso em: 30 de junho de 2004.

POCHMANN, Marcio, AMORIM, Ricardo, (Orgs.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: *Para uma história do Oeste Catarinense: 10 anos de CEOM*. Chapecó: Unoesc, 1995, p. 113-139.

POLI, Odilon. *Leituras em movimentos sociais*. Chapecó: Grifos, 1999.

SIEDENBERG, Dieter R. Uma abordagem epistêmico-sistemática do conceito de desenvolvimento. *Revista de Estudos de Administração*. Ijuí: Unijuí, ano 2, n. 3, jul/dez/2001, p. 5-10.

SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento econômico*. São Paulo, Atlas, 1999.

STIGLITZ, Josep E. *Em busca de um novo paradigma para o desenvolvimento: estratégias, políticas e processos*. Banco Mundial, 1998. Disponível em: <<http://nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&arealD=20>>. Acesso em: 22 julho de 2003.

TESTA, V. M. et al. *O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense: proposta para discussão*. Florianópolis: Epagri, 1996.

THEIS, Ivo M.; NODARI, Tania M. dos Santos. A agroindústria de aves e o desenvolvimento regional do meio oeste de Santa Catarina. *Cadernos de Economia*, Chapecó, ano 4, n. 7, jul/dez 2000, p. 7-28.

TODARO, M. *Introdução à economia: uma visão para o terceiro mundo*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

VIANA, Cibilis da Rocha. *A dinâmica do desenvolvimento econômico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Data do recebimento: 02/10/2005

Data do aceite: 24/02/2006